

A TEOLOGIA MODERNA E A CRÍTICA DA BÍBLIA

C. S. Lewis*

A antiga ortodoxia tem sido solapada principalmente pela obra deletéria de teólogos engajados na crítica do Novo Testamento. A autoridade de especialistas naquela disciplina é a autoridade em deferência à qual somos solicitados a desistir de um imenso acúmulo de crenças compartilhadas em comum pela Igreja primitiva, pelos pais da Igreja, pela Idade Média, pela Reforma Protestante, pelos pregadores do século 19. Quero explicar aqui o que me deixa cético quanto a essa autoridade, ignorantemente cético, conforme muitos diriam após um exame superficial da questão. Mas o ceticismo é o pai da ignorância. É difícil alguém perseverar em um estudo detalhado quando tal estudioso não pode confiar *prima facie* em seus mestres.

Em primeiro lugar, o que quer que esses homens possam ser como críticos da Bíblia, desconfio deles como críticos. A mim parece que são fracos quanto a um bom juízo literário, mostrando-se incapazes de perceber a própria qualidade dos textos que examinam. Pode parecer isso uma estranha acusação contra indivíduos que têm estudado esses livros a sua vida inteira. Mas talvez precisamente aí resida a dificuldade deles. Um homem que passou toda a sua juventude e idade adulta fazendo pesquisas minuciosas nos textos do Novo Testamento e nos estudos de outros homens sobre estes textos, cuja experiência literária sobre aqueles textos ressent-se de quaisquer padrões de comparação que só podem desenvolver-se após uma ampla e profunda e genial experiência com a literatura em geral, conforme penso, tende muito a perder de vista as questões óbvias envolvidas. Se tal homem chega e diz que alguma coisa, em um dos evangelhos, é lendária ou romântica, então quero saber quantas lendas e romances ele já leu, o quanto está desenvolvido o seu gosto literário para poder detectar lendas e romances, e não quantos anos ele já passou estudando aquele evangelho. Porém, provavelmente seria melhor eu citar exemplos.

Em um comentário que atualmente já é bastante antigo, li que o quarto evangelho é considerado por certa escola crítica como um “romance espiritual”, como “um poema, e não uma história”, que deve ser aquilatado pelos mesmos cânones que a parábola de Natã, o livro de Jonas, o *Paraíso Perdido*, ou, mais exatamente ainda, o *Peregrino* de John Bunyan. Depois que um crítico faz essa declaração, por qual motivo daríamos atenção a qualquer coisa que ele ainda possa dizer sobre qualquer livro do mundo? Notemos que este autor considerou o *Peregrino*, uma história que professa ser um mero sonho e que exhibe sua natureza alegórica da maneira mais explícita, como o mais chegado paralelo do evangelho de João! Notemos também que tal autor nem deu atenção ao fato de que Milton não escondeu estar escrevendo uma poesia épica. Mas mesmo que deixemos de lado esses absurdos mais grosseiros e nos apeguemos ao livro de Jonas, ainda assim a insensibilidade desse autor é crassa – pois disse ele que Jonas é apenas um conto, sem quaisquer pretensões de historicidade, um incidente grotesco e certamente não destituído de uma veia humorística tipicamente judaica, embora, sem dúvida, distintivamente edificante. Voltemo-

* Este ensaio foi extraído de uma coletânea publicada das preleções e artigos de Lewis, intitulada *Christian Reflections*, editada por Walter Hooper. E foi publicado com a permissão do publicador, William B. Eerdmans Publishing Company.

nos, em seguida, para o evangelho de João. Leiamos os seus diálogos: aquele entre Jesus e a mulher samaritana, à beira do poço, ou então aquele outro, após a cura do cego de nascença. Examinemos em seguida os seus quadros mentais: Jesus (se me é permitido usar o termo) a escrever na areia com Seus próprios dedos; a inesquecível observação *hvn dev nux* (João 13.30), “E era noite”. Sim, tenho lido poemas, romances, literatura acerca de visões, lendas e mitos a vida toda. Sei com o que esse tipo de literatura se parece. Sei que em todo esse tipo de literatura não há nada que chegue à altura do quarto evangelho. Acerca do texto do quarto evangelho só são cabíveis dois pontos de vista. Ou trata-se de uma reportagem – que se aproxima extraordinariamente dos fatos ocorridos, conforme disse Boswell. Ou então, algum escritor desconhecido, no século 2º d. C., sem quaisquer antecessores ou sucessores conhecidos, de súbito antecipou a técnica inteira da narrativa moderna, novelesca, realista. Se o evangelho de João é veraz, então deve ser alguma narrativa dessa categoria. O leitor que não puder perceber isso, simplesmente ainda não aprendeu a ler.

Na obra de Bultmann, *Theology of the New Testament* (pág. 30), encontramos um outro exemplo do que estamos ressaltando. Disse ele: “Observemos de que maneira não-assimilada a predição sobre a *parousia* (ver Marcos 8.38) segue-se à predição sobre a paixão (Marcos 8.31).” O que Bultmann pode ter querido dizer? Não-assimilada? Bultmann acreditava que as predições acerca da *parousia* eram mais antigas que as predições a respeito da paixão. Por conseguinte, ele queria acreditar – e sem dúvida assim acreditava – que quando ocorriam as duas menções em uma mesma passagem, é que alguma discrepância ou ‘não-assimilação’ seria perceptível entre elas. Mas por certo ele impingiu isso sobre o texto sagrado com uma chocante falta de percepção. Pedro acabara de confessar que Jesus era o Ungido. O relâmpago de glória nem se apagara ainda quando começou aquela tenebrosa predição – o Filho do homem haveria de sofrer e morrer. E, então, o tremendo contraste foi reiterado. Pedro, embora tendo-se elevado por um momento, através de sua confissão do messiado de Jesus, chegou a tropeçar: e Jesus o repreendeu com aquelas terríveis palavras, “Arreda! Satanás.” E então, em meio à momentânea ruína em que Pedro se transformou (o que sucedeu com certa freqüência), a voz do Mestre, voltando-se para a multidão, generalizou a lição moral. Todos os seguidores de Jesus precisam carregar a sua própria cruz. Esse receio diante do sofrimento, essa autopreservação, não corresponde às realidades da vida. Em seguida, de maneira melhor definida ainda, souo a convocação ao martírio. Ninguém pode desviar-se do reto caminho. Se alguém negar a Cristo aqui e agora, Cristo haverá de negá-lo na outra vida. Lógica, emocional e imaginativamente, a seqüência mostra-se perfeita. Somente um Bultmann poderia pensar de outra forma, com sua Crítica de Forma.

Finalmente, meditemos no que saiu da pena desse mesmo Bultmann: “A personalidade de Jesus não tinha qualquer importância para a pregação de Paulo ou de João... De fato, a tradição da igreja primitiva nem ao menos preservou inconsistentemente um quadro descrito de Sua personalidade. Toda tentativa para reconstruir esse quadro tem permanecido como um jogo de imaginação subjetiva”.

Portanto, na opinião da crítica destrutiva o Novo Testamento não nos apresenta qualquer personalidade de nosso Senhor. Através de qual estranho processo aquele erudito alemão entrou, a fim de tornar-se cego para aquilo que todos os homens vêem, menos ele? Qual

evidência existe de que ele reconheceria uma personalidade, se tivesse de defrontar-se com ela? Pois o caso é de um Bultmann *contra mundum*. Se existe alguma coisa que os crentes sentem em comum, e até mesmo muitos incrédulos, essa coisa é que, nos evangelhos, deparamo-nos com uma extraordinária personalidade. Existem personagens que sabemos terem sido figuras históricas, mas acerca das quais sentimos que não possuímos qualquer conhecimento pessoal – conhecimento por meio da familiaridade. Poderíamos citar entre esses vultos pessoas como Alexandre, Átila ou Guilherme de Orange. Existem outros vultos que não reivindicam qualquer realidade histórica, a despeito do que nós os conhecemos como conhecemos pessoas reais, como Papai Noel, Tio Sam ou Super-Homem. Mas existem apenas três personagens que, dotadas da primeira sorte de realidade, também possuidoras da segunda espécie de realidade. E certamente todos sabem de quem se trata: o Sócrates de Platão, o Jesus dos evangelhos e o Johnson de Boswell. Nossa familiaridade com eles exhibe-se de diferentes maneiras. Assim, quando nos pomos a ler os evangelhos apócrifos, surpreendemo-nos constantemente a dizer acerca desta ou daquela declaração ou *logion*: “Não. Temos aqui uma boa declaração. Mas não pertence a Jesus. Não era assim que Ele costumava falar”.

Tão poderosa é a fragrância da personalidade que mesmo quando Jesus dizia coisas que – não fora o fato de Ele ser a própria encarnação da Deidade – pareciam espantosamente arrogantes, contudo, nós – e muitos incrédulos, por igual modo – aceitamos a Ele segundo a Sua própria avaliação. Para exemplificar, quando Ele declarou: “... sou manso e humilde de coração...” Até mesmo aquelas passagens do Novo Testamento que, superficialmente, e em intenção, dizem respeito à natureza divina, obscurecendo a natureza humana, levam-nos a enfrentar a personalidade de Jesus. Não tenho a certeza se essas passagens fazem isso mais do que outras. “... o que temos visto com os nossos próprios olhos, o que contemplamos e as nossas mãos apalparam... a nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho, Jesus Cristo...” (1João 1.1-3). Qual é a vantagem que alguém poderia obter por tentar evitar ou dissipar esse avassalador senso de contato pessoal com Jesus, quando esse alguém refere-se “àquela significação que a igreja primitiva encontrava e que se sentia impelida a atribuir ao Mestre”? Declarações assim esbofeteiam-me o rosto. Não devemos pensar no que aqueles cristãos sentiram-se impelidos a fazer, mas podemos comparar tais impressões com as impressões impessoais de um artigo escrito por algum autor da escola da Alta Crítica, ou de um obituário, ou de alguma obra como *Life and Letters of Yeshua Bar-Yosef*, em três volumes, acompanhada por fotografias antigas.

Esse, pois, é o meu primeiro balido. Esses homens pedem-me que eu acredite que eles podem ler entre as linhas dos textos antigos; mas todas as evidências levam-me a notar a óbvia incapacidade deles de lerem (em qualquer sentido digno de discussão) as próprias linhas. Eles afirmam poder ver coisinhas minúsculas, mas não podem ver um elefante a dez metros de distância, em plena luz do dia.

Agora, o meu segundo balido. Toda teologia da categoria liberal envolve, em algum ponto – e, por muitas vezes, do começo ao fim –, a reivindicação que o real comportamento e o propósito dos ensinamentos de Cristo quase imediatamente vieram a ser mal compreendidos e distorcidos por Seus seguidores, e que somente os eruditos modernos puderam exumá-los ou recuperá-los. Ora, muito antes que me interessasse pelas questões

teológicas, eu já havia encontrado esse tipo de teoria em outros lugares. A tradição de Jowett ainda dominava os estudos sobre a filosofia antiga quando comecei a ler as obras de Greats. Então, os leitores eram convidados a acreditar que o sentido real dos escritos de Platão havia sido mal entendido por Aristóteles, e loucamente travestido pelos filósofos neoplatônicos, e que tal sentido só foi redescoberto pelos pensadores modernos. E uma vez refeito esse significado, descobriu-se (mui afortunadamente) que Platão o tempo todo havia pensado como um Hegel inglês, ou melhor, como T. H. Green. E, em meus estudos profissionais, encontrei essa idéia pela terceira vez. A cada nova semana algum esperto quartanista, a cada quinze dias algum embotado perito norte-americano, vem descobrir, pela primeira vez na história do mundo qual o sentido real de alguma peça de Shakespeare. Nessa terceira instância, entretanto, já sou uma pessoa privilegiada. A revolução que tem havido na maneira de pensar e sentir, ocorrida durante o curto período de minha vida, é tão grande que, mentalmente falando, pertencço mais ao mundo de Shakespeare do que ao mundo desses intérpretes recentes. Percebo-o, sinto-o nos meus próprios ossos, estou convicto, acima de qualquer argumento, de que a maioria das interpretações desses modernos pensadores é praticamente impossível. Tais interpretações envolvem uma maneira de considerar as coisas que era desconhecida em 1914, e, mais ainda, no período jacobeano. Isso confirma diariamente a minha suspeita quanto à abordagem dos críticos no tocante aos escritos de Platão ou do Novo Testamento. Essa noção de que qualquer homem ou escritor deveria ser opaco e incompreensível para aqueles que viviam na mesma época, na mesma cultura, que falavam o mesmo idioma, que compartilhavam das mesmas habituais imagens mentais e pressupostos inconscientes, e que, no entanto, torna-se perfeitamente claro e transparente para aqueles que não dispõem de nenhuma dessas óbvias vantagens, em minha opinião, não passa de um imenso absurdo. Nessa noção há uma improbabilidade *a priori* que não pode ser contrabalançada por quase qualquer argumento e evidência.

Em terceiro lugar, descubro nesses teólogos o constante emprego do princípio que diz que os milagres nunca ocorrem. Isso quer dizer que qualquer declaração posta nos lábios de nosso Senhor, pelos textos antigos, se é que Ele a fez realmente, constituiria uma predição sobre o futuro, mas só foi registrada após a ocorrência daquilo que ela parecia predizer. Essa opinião pode parecer sensata para aqueles que julgam saber que jamais ocorrem predições inspiradas. Por semelhante modo, a rejeição de todas as passagens bíblicas que narram milagres como trechos não-históricos, pode parecer uma rejeição sensata para aqueles que pensam saber que os milagres, em geral, jamais ocorrem. Ora, não é meu propósito discutir aqui se os milagres são possíveis ou não. Tão-somente quero ressaltar aqui que essa é uma questão puramente filosófica. Os eruditos, enquanto eruditos, não falam a esse respeito com maior autoridade do que qualquer outra pessoa. O cânon que estipula, “se é miraculoso, não é histórico”, é uma regra que os críticos impõem aos seus estudos dos textos sagrados, e não um princípio que deduziram desses textos. E já que estamos falando em autoridade, a autoridade conjunta de todos os críticos bíblicos do mundo é aqui considerada como zero. Quanto a isso, os críticos falam apenas como homens; homens obviamente influenciados pelo espírito da época em que cresceram, espírito esse talvez insuficientemente crítico quanto às suas próprias conclusões.

Mas o meu quarto balido – que também é o mais longo e mais vocífero – ainda vem por aí.

Todo esse tipo de crítica tenta reconstruir a gênese dos textos estudados. Essa reconstituição busca quais documentos desaparecidos cada autor usou; quando e onde ele escreveu; com quais propósitos; sob quais influências – a *Sitz im Leben* (situação vivencial) inteira dos textos. E isso é efetuado com imensa erudição e com grande engenho e arte. À primeira vista, esses esforços são muito convincentes. Chego a pensar que eu mesmo poderia ser convencido por tais argumentos, não fora um certo encantamento mágico que sempre trago comigo – uma certa erva fabulosa, de propriedades mágicas – e que uso com sucesso contra tais engodos. Aqui, o leitor precisa desculpar-me se estou falando de mim mesmo por alguns instantes. Pois o valor daquilo que digo depende de ser ou não evidências colhidas em primeira mão.

O que me protege definitivamente de todas essas reconstituições feitas pelos críticos é o fato de que tenho visto todas as tentativas deles do outro lado do prisma. Tenho observado os revisores reconstituírem a gênese de meus próprios livros, exatamente dessa forma.

Enquanto um escritor não acompanha o processo, no caso de seus próprios livros, ele dificilmente acredita que tão pouco de revisão ordinária é usada pelos críticos. Eles não avaliam, nem elogiam, nem censuram o livro que estão criticando. Quase tudo quanto fazem é utilizarem-se de histórias imaginárias acerca do processo mediante o qual o escritor em pauta teria atuado. Os próprios vocábulos que esses revisores usam, ao elogiar ou censurar a obra, com frequência dão a entender o que eles fazem. Eles elogiam uma passagem “espontânea” e censuram outra passagem como “elaborada”. Em outras palavras, pensam ser capazes de saber que o escritor escreveu uma dessas passagens *currente calamo* (“ao correr da pena”), ao passo que a segunda, *invita Minerva* (“contra a vontade de Minerva”), ou seja, sem destreza técnica e sem sabedoria.

Qual o pequeno ou nenhum valor dessas reconstituições, feitas pelos críticos, aprendi desde cedo em minha carreira. Eu havia publicado um livro de ensaios. Aquele foi um livro para o qual me preparei de todo o coração, que tanto mexeu comigo e que escrevi com o mais agudo entusiasmo, acerca da personalidade de William Morris. No entanto, logo na primeira crítica que li a respeito, o revisor afirmava que era óbvio que eu tinha escrito sobre essa personagem sem ter demonstrado o mínimo interesse por ela. Que o leitor não me compreenda mal. Acredito agora que o tal crítico tinha razão ao pensar que o ensaio sobre William Morris foi muito ruim; pelo menos todos concordaram com ele. Mas aonde ele estava totalmente equivocado foi ao imaginar as causas que teriam produzido tão embotado ensaio.

Bem, o fato é que isso me deixou com a pulga atrás da orelha. Desde então, tenho vigiado, com alguma preocupação, histórias imaginárias similares, tanto acerca de meus próprios livros como acerca de livros de meus amigos, cuja história real eu saiba. Os revisores, tanto os amigáveis quanto os hostis, pespegam sobre os autores essas invencionices, fazendo-o com grande desenvoltura e confiança própria; dizem quais eventos públicos teriam tido influência direta sobre a mente dos autores, quanto a isso ou quanto a aquilo, quais outros autores tê-los-iam influenciado, quais teriam sido suas intenções globais, qual tipo de audiência os autores estariam visando, e por que e quando os autores fizeram tudo quanto fizeram.

Ora, antes de tudo preciso deixar registradas as minhas impressões; e só então, em distinção a isso, poderei asseverar o que sou capaz de dizer com certeza. Minhas impressões são que, na totalidade de minha experiência, nenhuma dessas tentativas de adivinhação dos críticos tem estado ao lado da razão, e que tal método exhibe um recorde de cem por cento de fracasso. Alguém poderia esperar que, devido à mera chance, os críticos acertassem tão freqüentemente quanto erram o alvo. Mas a minha nítida impressão é de que eles nunca acertam. Não consigo lembrar de um único acerto deles. Porém, visto que não tenho feito anotações cuidadosas a respeito, minhas meras impressões podem estar equivocadas. O que penso que posso afirmar com toda a certeza é que, usualmente, eles se equivocam...

Ora, sem dúvida esses fatos deveriam fazer-nos parar para refletir. A reconstituição da história de um texto qualquer, quando esse texto é antigo, pode parecer deveras convincente. Em tal caso, entretanto, quem queira provar o contrário estará malhando em ferro frio, pois os resultados obtidos não poderão ser cotejados com os fatos. A fim de averiguarmos quão fidedigno é esse método, que mais poderíamos pedir senão que se examine uma instância, onde o mesmo método foi usado em obras que podemos examinar, por serem recentes? Pois bem, é precisamente isso que tenho feito. E, quando assim fazemos, então descobrimos que os resultados são sempre ou quase sempre errados. Os “firmes resultados da erudição moderna”, na sua tentativa de descobrir por quais motivos algum livro antigo foi escrito, segundo podemos facilmente concluir, só são “firmes” porque as pessoas que sabiam dos fatos já faleceram, e não podem desdizer o que os críticos asseguram com tanta autoconfiança. Os gigantescos ensaios em meu próprio campo, que procuraram reconstruir a história do livro *Piers Plowman*, ou o livro *The Faerie Queene*, provavelmente não passam das mais puras tapeações.

Aventuro-me a comparar qualquer pretensioso que escreve uma crítica literária em uma revista semanal com os grandes eruditos que consagraram suas vidas inteiras ao estudo pormenorizado do Novo Testamento? Se aqueles primeiros sempre se equivocam, segue-se daí que estes últimos não podem sair-se melhor em seu trabalho?

Há duas respostas para essa indagação. Em primeiro lugar, apesar de respeitar a erudição dos grandes críticos das Escrituras Sagradas, ainda não estou persuadido que o juízo deles deva ser igualmente respeitado. Em segundo lugar, consideremos com quantas avassaladoras vantagens iniciam os meros revisores. Eles procuram reconstituir a história de um livro escrito por alguém cuja língua pátria é a mesma que a deles; por alguém que é um contemporâneo, educado como eles o foram, que vivem mais ou menos na mesma atmosfera mental e espiritual. Contam com tudo quanto pode ajudá-los. A superioridade no terreno do julgamento e da diligência que se poderia atribuir aos críticos da Bíblia terá de ser sobre-humana, se tiver de contrabalançar o fato de que por toda parte precisam enfrentar costumes, linguagens, características étnicas, pano de fundo religioso, hábitos de composição e pressupostos básicos que nenhuma erudição jamais poderia capacitar qualquer pessoa viva a saber com tanta certeza, intimidade e instinto, como os meros revisores de obras contemporâneas são capazes de atuar. E pelas mesmas razões, lembremo-nos de que os críticos da Bíblia, sem importar quais reconstituições imaginaram, jamais poderão estar comprovadamente equivocados. Marcos já morreu. E quando encontrarem Pedro, haverá questões mais urgentes a serem debatidas.

Naturalmente, o leitor poderá dizer que esses revisores de obras contemporâneas são tolos, por tentarem adivinhar como algum livro, que eles não escreveram, foi escrito por outrem. Eles supõem que alguém escreve uma história, tal como eles mesmos tentariam escrever uma história; e o fato de tentarem realizar essa façanha, explica por que eles nunca produziram qualquer história e a publicaram. Mas, e os críticos da Bíblia apareceram sob melhor luz quando confrontados com aqueles outros? O Dr. Bultmann nunca escreveu um evangelho. As experiências de sua erudita, especializada e sem dúvida meritória vida realmente deram-lhe a capacidade de ler as mentes de homens que morreram faz muitos séculos, arrebatados como eles foram por aquilo que temos de considerar como a experiência religiosa mais central e atordoadora de toda a história humana? Não é uma incivilidade dizer – conforme admitiria o próprio Bultmann – que em todos os sentidos ele deve estar separado dos evangelistas por barreiras muito mais formidáveis – tanto espirituais quanto intelectuais – como nunca poderiam ser interpostas entre meus revisores e mim.